

## COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Parecer Nº 050/2022 Projeto Nº 038/2022

**Ementa:** Inclui o item 19 no anexo I da Lei Municipal nº 1273 de 09 de agosto de 2021, que dispõe do Plano Plurianual do Município de Tunas para o período de 2022 a 2025 e da outras providências.

Origem: Poder Executivo

#### I - Relatório

Trata- se de projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal, que pretende incluir o item 19 no anexo I da Lei Municipal nº 1273 de 09 de agosto de 2021, que dispõe do Plano Plurianual do Município de Tunas para o período de 2022 a 2025, que estabelece metas prioritárias para a gestão Municipal.

Conforme anotado na justificativa, o Executivo refere que é necessária a inclusão do item 19 do "Meio Ambiente" para regulamentar a amparar tal setor.

#### II - Análise

Veio para analise desta comissão projeto de lei nº 038/2022, de origem do Executivo municipal, que pretende incluir o item 19 no anexo I da Lei Municipal nº 1273 de 09 de agosto de 2021.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS

Inicialmente, necessário destacar que o Município de Tunas tem competência para propor Projeto de Lei com propósito de alterar o Plano Plurianual.

Conforme previsto no artigo 51, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, "Compete privativamente ao Prefeito: Enviar ao Poder Legislativo o Plano Plurianual, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta lei;"

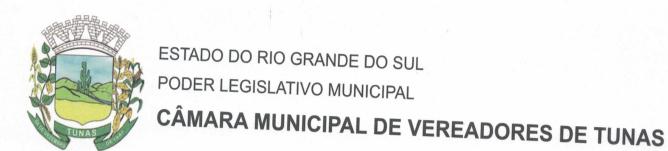
A Constituição Federal, artigo 30, inciso I e Lei Orgânica Municipal, artigo 6º, inciso II, atribuem ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local, de modo que está adequada a iniciativa para o inicio e prosseguimento do processo legislativo.

No caso, a inclusão do "item 19" do "Meio Ambiente" é necessária para regulamentar a amparar tal setor, com projetos e metas, sendo imprescindível para o desenvolvimento das atividades básicas da administração pública municipal.

Assim, não há no projeto irregularidades que comprometam sua legalidade e constitucionalidade.

Portanto, a presente proposição do Executivo atende aos interesses da comunidade Tunense, sendo que a matéria mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

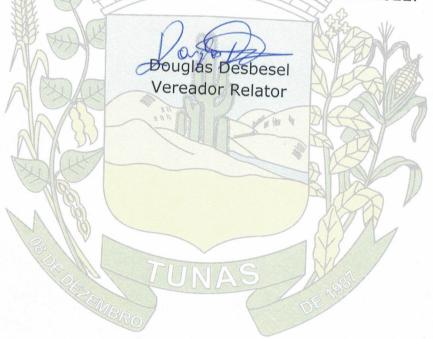




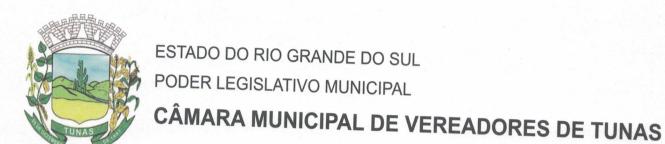
## III - Parecer do Relator

Verificando que o referido Projeto está de acordo com a Legislação, obedece às boas técnicas Jurídicas e o devido processo Legislativas, opino pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Executivo no 038/2022 e no mérito recomendo sua aprovação.

Sala das Comissões. Em 24 de outubro de 2022.







#### Parecer Final da Comissão

A Comissão Geral de Pareceres, em reunião realizada no recinto da Câmara em 24 de outubro de 2022, às 18:30 horas, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No mérito, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei do Executivo nº 038/2022.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Alci Petzold, Gil de Melo e Douglas Desbesel.

Sala das Comissões. Em 24 de outubro de 2022.

Alci Petzold

Gil de Melo

Presidente

Vice-Presidente

Douglas Desbesel

3º membro

Édison Kurtz Schmitt

Assessor Jurídico em Comissão

OAB/RS 81.756

